



CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI

Relatório Anual

2021

QUEREMOS SOMOS MENSOS.

O Centro de Convivência É de Lei tem trabalhado desde 1998 com pessoas usuárias de substâncias psicoativas na perspectiva da Redução de Danos (RD) na cidade de São Paulo.

Os projetos do É de Lei têm como meta a redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas junto às populações em situação de maior vulnerabilidade social por meio de diversas estratégias e atividades que visam possibilidades de cuidado, promoção e prevenção relacionada à saúde; ao reconhecimento de direitos e de cidadania por parte de populações fragilizadas e não reconhecidas em seus direitos; atividades de controle social e incidência política.

COMO FOI O ANO DE 2021?

A região do bairro de Campos Elísios, na capital, conhecida como “Cracolândia”, trata-se de cena de uso aberto de álcool e outras drogas, cuja a população que ali permanece e/ou reside é vulnerabilizada e sofre de desvantagem de acesso qualificado às políticas públicas de saúde, moradia, emprego, renda, entre outras. Sobre essas pessoas recaem diversas violações de direitos humanos, em especial a violência e abuso perpetradas pelas forças policiais e seguranças privados.

Na conjuntura política brasileira pós-eleição de 2018, com o **crescimento do conservadorismo e do autoritarismo**, houve pouco espaço para o debate sobre reforma das políticas de drogas em órgãos públicos federais enquanto fortalece-se a tendência de recrudescimento da atuação opressiva das polícias, com consequente aumento do encarceramento e legitimação da violência de agentes do Estado.

Neste cenário, entendemos que **um dos caminhos da luta antirracista, antimanicomial, antiproibicionista é atuar para fortalecer conexões entre atores-chave de diferentes campos políticos e sociais**, produzindo conhecimento e promovendo novos valores de forma interseccional, além da atuação em campo com as pessoas que usam drogas e são vulnerabilizadas.

Por meio do acompanhamento permanente dos poderes executivos e legislativos, combinado à atuação em redes que trabalham pela reforma da política de drogas e pautas correlatas, o Centro de Convivência É de Lei ocupou espaços que ampliaram sua atuação nas agendas de drogas e direitos humanos.

Utilizando de meios de imprensa, redes sociais e ambientes virtuais, o É de Lei divulgou conteúdos e explicitou a conexão entre políticas de criminalização do uso de drogas, violência policial, estigmatização das pessoas que usam drogas e contribuiu para que a população geral tivesse acesso à informações sobre prevenção à COVID-19 e às estratégias de redução de danos.

Realizamos a criação e implementação de campanhas online; mapeamento de acesso à água para a população mais vulnerável; parcerias para a formação de pessoas que usam drogas; capacitação de trabalhadores da rede de atenção psicossocial; escrita de capítulos de livros sobre redução de danos; execução de projetos de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, realização de convivência específica para mulheres e dissidências; veiculação de informações e conteúdos que possam contribuir com a formação de pensamento crítico sobre a causa junto à imprensa; construção de narrativas que subsidiem a formulação de políticas públicas baseadas nas demandas reais da população.

COMO FOI O ANO DE 2021?

Especificamente em relação à região central da cidade, é preciso destacar que a alta atratividade exercida por ela em relação às pessoas que usam drogas não se relaciona unicamente à cena de uso da “**Cracolândia**”. Por concentrar grandes áreas de comércio popular, como a rua 25 de Março, o Brás (roupas), a Santa Ifigênia (eletrônicos) e o Mercado (alimentos), bem como um enorme fluxo de pessoas durante o dia (escritórios, órgãos públicos, etc.), o centro de São Paulo atrai pessoas em situação de vulnerabilidade social por que ali estão as melhores possibilidades de trabalho com reciclagem, transporte e carregamento de bens, distribuição de flyers, folders e outras formas de propaganda, serviços gerais, e muitas outras ocupações que pessoas com baixa escolaridade (público majoritário dos hotéis sociais) buscam.

Outro enorme diferencial do centro e que o faz ser uma região fortemente atrativa de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente as que fazem uso de drogas, é a sua robusta rede de saúde, que conta com equipamentos ausentes em outras áreas da cidade. Isso faz com que muitos munícipes, inclusive aqueles que não estão em situação de vulnerabilidade, desloquem-se para a região central para realizar seus tratamentos.

Frequentemente os conviventes do território da Cracolândia mantêm vínculos comunitários profundos com a região central. Esses são alguns dos motivos pelos quais essas pessoas manifestam-se contrariamente à possibilidade de sua transferência para outras regiões da cidade.

Tendo em vista a necessidade constante de criação de materiais informativos e insumos, o É de Lei desenvolveu múltiplas ações, cujo objetivo foi tornar esses materiais acessíveis à população com a qual trabalhamos, no sentido de multiplicar informação e produzir reflexão sobre o uso de drogas e o autocuidado. Neste sentido, reunimos informações de nossos arquivos, de conteúdos científicos sobre cada droga, informações discutidas com as pessoas que usam drogas, além de atualizar a equipe sobre as drogas.

O É de Lei sempre teve a educação popular e a educação entre pares como premissa básica para provocar transformações na realidade das pessoas que vivem em contextos de vulnerabilidade, pois o reconhecimento, a valorização de experiências e de saberes de todos garante a diversidade nos espaços de fala e a participação ativa das pessoas que frequentam o Centro de Convivência.

O Núcleo de Comunicação e Advocacy buscou favorecer a conscientização pública e política sobre os direitos e as necessidades sociais das pessoas que usam drogas por meio de pesquisas, relatórios, engajamento estratégico de mídia e campanhas, treinamento em monitoramento de violações de direitos humanos, mapeamento de grupos de usuários de

COMO FOI O ANO DE 2021?

drogas, fornecimento de apoio técnico a redes de usuárias/os de drogas, monitoramento de reformas de política de drogas visando assegurar um ambiente político mais favorável e a proteção dos direitos humanos das pessoas que usam drogas, além de incidir na formulação de políticas públicas.

A constante violação de direitos humanos e a violência direcionada a esta população afetam diretamente a qualidade de vida dos usuários de drogas, gerando atmosfera de medo e insegurança, que compromete a construção de relações comunitárias e redes de apoio social, e que impactam diretamente no autocuidado desta população.

A conjuntura política desfavorável impactou diretamente a captação de recursos da organização durante o ano de 2021, a pandemia trouxe outras possibilidades de atuação, por meio de reuniões on-line, seminários, cursos e atividades que não precisavam ser presenciais, entretanto, duas das nossas principais atividades, a convivência e as atividades de campo se mantiveram durante toda a pandemia, apesar de terem sofrido pequenas mudanças.

Nós focamos em nos debruçar e estudar possibilidades de **moradia primeiro** e desta maneira articulamos um **grupo nacional** para discutir a temática, logo após o governo federal abrir um edital. Achemos prudente a sociedade civil se organizar e pensar na viabilidade de projetos exequíveis para que pudéssemos construir coletivamente propostas que conversassem com a realidade das pessoas atendidas por nós.

No intuito de sempre estarmos em conexão com as pessoas que usam drogas e estão vulnerabilizadas, o É de Lei participou ativamente na **formação de agentes redutores de danos em parceria com a UNIFESP Santos**, que gerou a publicação de dois capítulos no e-book do grupo Diverso.

Nesse contexto de articulação, nos aproximamos da frente parlamentar sobre saúde mental do poder legislativo para compor mesa nas audiências públicas, garantir que a pauta sobre as políticas de drogas seja lembrada na Conferência Popular Nacional de Saúde Mental, além da participação do grupo de trabalho para a realização do encontro nacional de centros de convivência.

No contexto mais local, o É de Lei manteve sua participação **no Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas (COMUDA)**, mesmo após ser desconvidado pelo Prefeito. Sobre a articulação com os serviços, tem acontecido ações conjuntas entre alguns CAPS Ad da região central com o Centro de Convivência É de Lei para acompanhar as pessoas em situação de rua. Os serviços de saúde mental têm procurado organizações da sociedade civil porque querem distribuir insumos de redução de danos nas cenas de uso, entretanto, isso não tem sido articulado com a secretaria de saúde.

COMO FOI O ANO DE 2021?

Desenvolvemos um **projeto piloto de garantia de direitos** que consistiu no acompanhamento de três homens que estavam ameaçados de serem despejados das pensões que viviam. Ao conhecer os pensionistas, passamos a conhecer também suas necessidades, de modo que acionamos a UBS, o CAPS AD, o CREAS e o Centro Pop que cobre a região da pensão, equipamentos que puderam compartilhar o cuidado dos casos com o É de Lei, garantindo o acesso à rede de saúde e à rede assistencial do território. Também foi preciso envolver os profissionais da pensão e os próprios colegas dos pensionistas na ação, colocando-os ao par de nossas intervenções e atribuindo a eles o papel de parceiros nesta rede de cuidado. A maior dificuldade, no entanto, é mobilizar e articular a rede psicossocial para o cuidado no território, ou seja, conseguir que o cuidado chegue a quem não chega nos serviços.

Outra atividade que foi muito importante para garantir os direitos das pessoas foi o **mapeamento de acesso à água potável e banheiros públicos**. Sempre foi um grave problema para a população em situação de rua da cidade de São Paulo. A implementação de pontos de acesso à água potável e banheiros públicos são demandas históricas dos movimentos que representam a população em situação de rua. Mesmo antes da pandemia, essa população sofre com a escassez de acesso à água. Há décadas, essa população é ignorada pelas políticas públicas, sofrendo com péssimas condições de higiene e desidratação.

Os banheiros mapeados pela cartografia do Acesso à Água apontam para a insuficiência dos banheiros disponíveis. Além dos cinco espaços implementados pela prefeitura, mapeamos a existência de apenas mais 15 banheiros. Se considerarmos a soma desses números (ou seja vinte banheiros) apenas pela população em situação de rua na região central, verificamos que, para cada banheiro público existente, há pelo menos 513 pessoas.

Se faz necessária uma política ampliada de assistência social, vinculada a políticas de moradia, saúde e cultura. Uma rede de banheiros e lavanderias públicas é fundamental para garantir o acesso à água e também o direito (de fato) à cidade. Uma política assim beneficiará não apenas quem está em situação de rua, mas toda a população da cidade de São Paulo que em algum momento necessite de um desses serviços, seja em uma emergência ou de forma regular.

O mapeamento fez parte das ações de proteção e cuidado à população em situação de rua no contexto da pandemia, que incluiu a elaboração de materiais com orientações específicas de prevenção e localização de serviços de assistência.

COMO FOI O ANO DE 2021?

Dentre as articulações internacionais, o É de Lei realizou a tradução e veiculação do **Índice Global de Políticas de Drogas** para a rede de organizações brasileiras que atuam com políticas de drogas, além de ter organizado side event do Brasil para a Conferência Anual de Narcóticos da ONU.

Outra atividade que se tornou fixa no calendário da organização é a **Campanha Acolha. Não Puna** que ocorreu em junho e contou com projeções de vídeos em prédios, ação de rua em uma cena aberta de uso de drogas em São Paulo com distribuição de kits de higiene pessoal, insumos, informações, material e água.

Desenvolvimento de **projeto de enfrentamento às hepatites B e C nas populações LGBTQIAP+ e profissionais do sexo**, que fazem uso de álcool e outras drogas, que visou realizar atividades educativas e de comunicação sobre as estratégias de redução de riscos e danos nos usos de substâncias psicoativas relacionados aos contextos de vulnerabilidades, e prevenção, rastreio e diagnóstico das populações prioritárias para a hepatite C e hepatite B. Como a política de drogas é interseccional, bem como a redução de danos, nós desenvolvemos o projeto Reduzindo os danos do encarceramento: das prisões à rua em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos. O Projeto Sobreviventes, teve o intuito de fomentar a autonomia e formação em direitos de pessoas sobreviventes da prisão sob a perspectiva da redução de danos. Os encontros promovidos em oito meses de projeto resultaram no vídeo-manifesto, que reúne demandas das pessoas participantes.

O cotidiano acompanhado pela a equipe do É de Lei envolve: tiros com armas de fogo, chutes, socos contra as pessoas, bombas de gás, gás de pimenta, ameaças de passar com a viatura sobre o corpo das pessoas, abordagens violentas sem qualquer crime em andamento, são algumas cenas que se percebem claramente, ensejando a pratica de tortura. A retirada de serviços destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social da região, ao invés de gerar o seu deslocamento para outras áreas, simplesmente faz com que as pessoas permaneçam em situação de maior vulnerabilidade ainda, fazendo do Centro uma área cada vez mais degradada.

Por todo o exposto, a expectativa de todos os atores envolvidos e, principalmente da população do território, é que o poder público cumpra o seu papel de garantir, por meio de políticas participativas e com foco na inclusão social, o direito à(s) existência(s), sejam essas condizentes ou não ao ideário hegemônico que, historicamente, permeia e emula as ações governamentais.

Nesse sentido, o É de Lei continua sendo uma das poucas organizações que possui atuação em tantas frentes de defesa dos direitos das pessoas que usam drogas e são vulnerabilizadas.